

AI-tocracias: como tecnologia e autocracia interagem

Filipe Campante

A democracia tem enfrentado um momento de desafios e incertezas ao redor do mundo, no que vem sendo denominado “[recessão democrática](#)”. Pela primeira vez em algumas décadas, desde o “[fim da história](#)” descrito por Francis Fukuyama (e incompreendido por muitos) há quase 30 anos, não está claro se o futuro pertence à democracia liberal, ou a alternativas autoritárias.

Em particular, o crescimento sem precedentes da China trouxe à baila a possibilidade de que um modelo autocrático ofereça um dinamismo econômico superior. Se isso pode se sustentar de modo duradouro é uma questão em aberto, e há razões para ceticismo a despeito do que preconizam os entusiastas do modelo chinês e de sua ênfase no planejamento estatal. No entanto, há algo novo que pode vir a criar uma vantagem econômica para regimes autocráticos: a tecnologia da inteligência artificial.

Para entender esse elemento novo, cabe primeiro reconhecer o já sabido: se há algo que os economistas aprenderam ao longo do estudo do desenvolvimento econômico, é que o crescimento de longo prazo depende da inovação tecnológica. É possível crescer por algum tempo com base na acumulação de insumos – adicionando máquinas, construindo fábricas, trazendo mais gente para o mercado de trabalho. Isso, porém, em algum momento encontra limites: fica cada vez mais caro produzir mais simplesmente comprando mais máquinas ou contratando mais gente. Continuar crescendo requer fazer mais e melhor com os mesmos insumos, e é isso que a inovação tecnológica faz.

Há fartos exemplos de regimes dos mais variados que cresceram por algum tempo com base na acumulação pura e simples. Mesmo a União Soviética logrou uma industrialização acelerada nesses termos, antes de colapsar sob o peso da ineficiência de seu sistema econômico. Os chamados “tigres asiáticos”, como [mostrou](#) o economista Alwyn Young nos anos 1990, também obtiveram seu sucesso inicial em larga medida por meio dessa estratégia.

O desejo por controle político cria a demanda e provê os insumos para a inovação tecnológica em inteligência artificial, e essa inovação consolida o controle político

Mas inovar requer ideias, e aí o buraco é mais embaixo. É preciso garantir que aqueles que tiverem essas ideias possam colher seus frutos, o que requer uma proteção aos direitos de propriedade de uma camada ampla da população. Isso porque quanto mais gente tentando descobrir novas e melhores maneiras de produzir, mais ideias serão geradas, e mais prosperidade.

É aí que regimes autocráticos tradicionalmente falham. Eles são, por definição, mais fechados, e portanto limitam quem tem acesso aos recursos e à proteção de seus direitos. Da mesma forma, eles tendem a não lidar bem com a instabilidade inerente a esse processo: a inovação sacode o marasmo e reorganiza os recursos dentro da sociedade. Isso a torna arriscada aos olhos de quem quer preservar o status quo e seu próprio poder político e econômico.

As democracias liberais, por imperfeitas que sempre tenham sido, criaram um ambiente mais adequado para processar essa dinâmica de forma positiva. Talvez por isso, a evidência empírica mais recente, ainda que não inteiramente livre de controvérsia, apontava para um [efeito causal positivo](#) da democracia sobre a prosperidade econômica.

Mas e se uma determinada tecnologia, por alguma razão, trazer em seu bojo uma maior

harmonia entre os desígnios autocráticos e os incentivos à inovação? É exatamente essa a possibilidade aventada pelo [trabalho recente](#) de um grupo de economistas (Martin Beraja, Andrew Kao, David Yang e Noam Yuchtman), com relação a um dos segmentos mais tecnologicamente dinâmicos nos dias de hoje: a inteligência artificial.

O primeiro elemento nessa conexão entre inteligência artificial e autocracia (uma “AI-tocracia”, no trocadilho com a sigla em inglês) vem do fato de que essa tecnologia tem enorme potencial de facilitar o controle social e político tão desejado por regimes autocráticos. O exemplo mais claro está nas tecnologias cada vez mais avançadas de reconhecimento facial, que podem ser usadas para reconhecer e intimidar potenciais dissidentes.

Não parece coincidência que o regime chinês de Xi Jinping, cada vez menos envergonhado em seu autoritarismo extremo, esteja na [liderança](#) no desenvolvimento dessas tecnologias. O que a evidência de Beraja e co-autores indica é que esse desenvolvimento está de fato associado às preocupações do governo chinês com a instabilidade política. Ela mostra que governantes no nível local aumentam suas compras de software de reconhecimento facial em seguida a um aumento do número de protestos em suas respectivas localidades. Mais ainda, tais compras por sua vez amenizam o efeito de choques futuros sobre a instabilidade política, o que sugere que a tecnologia é eficaz em fortalecer o controle político exercido por essas autoridades.

O segundo elemento é tão ou mais importante. O uso de tais tecnologias pelo governo dá origem a quantidades descomunais do que é o elemento-chave para o aprimoramento dessas tecnologias: dados. É com base em muitos e muitos terabytes de vídeos capturados pelo aparato de segurança do governo chinês que as empresas privadas conseguem treinar e melhorar seus algoritmos. Beraja e co-autores mostram que isso está sistematicamente associado à inovação: empresas que ganham contratos com governos locais posteriormente produzem mais novos tipos de software. Mais ainda, essa inovação se dá tanto no âmbito de produtos utilizados pelas autoridades como em outros tipos de software, de uso comercial.

Trata-se de um exemplo apenas, mas o que ele revela é a possibilidade de autocracias e tecnologia de ponta andando lado a lado, e se reforçando mutuamente. O desejo por controle político cria a demanda e provê os insumos para a inovação tecnológica, ao menos nesse campo de inteligência artificial, e essa inovação consolida o controle político. Nesse admirável mundo novo, as perspectivas para a democracia podem ser ainda mais sombrias do que parecem à primeira vista.

Filipe Campante é Bloomberg Distinguished Associate Professor na Johns Hopkins University. Sua pesquisa enfoca temas de economia política, desenvolvimento e questões urbanas e já foi publicada em periódicos acadêmicos como “American Economic Review” e “Quarterly Journal of Economics”. Nascido no Rio, ele é PhD por Harvard, mestre pela PUC-Rio, e bacharel pela UFRJ, todos em economia. Foi professor em Harvard (2007-18) e professor visitante na PUC-Rio (2011-12). Escreve mensalmente às quintas-feiras.

Os artigos publicados pelos colunistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam as ideias ou opiniões do Nexo.